

KEYNES, John Maynard (1883-1946)

O mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país. Keynes estudou e foi professor em Cambridge. Discípulo de Alfred Marshall, o “papa do marginalismo”, foi nomeado redator do Economic Journal em 1911. Dois anos depois, tornou-se secretário e redator da Sociedade Real de Economia e, em 1915, ingressou no serviço público. Seria o representante financeiro do Tesouro britânico na Conferência de Paz, em 1919. As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas, a políticas de conjuntura. Ele não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que motivo as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas econômicas inconsistentes.

Em 1930, escreveu o Treatise on Money (Tratado sobre a Moeda), em que, a pretexto de tratar da moeda e do nível de preços, preparou as bases da análise do nível geral da produção. Esse problema seria desenvolvido em seu principal livro, The General Theory of Employment, Interest and Money (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), publicado em 1936, que contestou o conjunto de dogmas sobre os quais repousava o marginalismo.

Glossário

Paulo Sandroni

Escrito durante os anos da Grande Depressão, A Teoria Geral abalou irremediavelmente as inovações clássicas do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Supunha-se até então, nos meios marginalistas, que uma economia de mercado encontrava “naturalmente” seu equilíbrio numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente a sua produtividade poderiam fazê-lo.

Acreditava-se também que nessa economia jamais poderia haver superprodução, pois a cada venda corresponderia uma compra. Repetia-se dessa maneira a Lei dos Mercados de Say, segundo a qual, em um regime de liberdade de comércio, a produção cria seu próprio mercado.

Assim, para os marginalistas, a depressão e o desemprego que atingiram os países capitalistas a partir de 1929 simplesmente não existiram, ou não passaram de desajuste temporário a ser autocorrigido. Keynes criticou esse conjunto de crenças, mostrando que, a cada momento, o nível de emprego numa economia capitalista depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento.

E que, ao contrário da Lei de Say, numa economia monetária é possível receber sem imediatamente gastar o dinheiro, ou seja, é possível vender sem comprar. Qualquer quantia de dinheiro pode ser aplicada lucrativamente, mas em certos casos pode haver vantagem em reter o dinheiro, em entesourá-lo. Quando isso acontece, a demanda efetiva de mercadoria cai e o número de atividades também diminui, reduzindo a renda.

Glossário

Paulo Sandroni

Ao analisar as variações de produção e emprego, Keynes concluiu que o fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura da mão-de obra (e não sua oferta, como pensavam os neoclássicos). Assim, o desemprego é resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e só pode ser resolvido por meio de investimentos — o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda. Na análise keynesiana, as crises econômicas foram atribuídas a variações nas propensões a investir e consumir e ao aumento da preferência pela liquidez (o entesouramento).

A economia pode encontrar seu nível de equilíbrio com uma alta taxa de desemprego, e assim permanecer, a menos que o governo intervenha com uma política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também cresçam. Para isso, é preciso dotar o Estado de instrumentos de política econômica que permitam: regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da “eficiência marginal do capital” (a expectativa de lucros); incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos; expandir os investimentos por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos.

Muitas dessas idéias foram propostas antes da crise de 29, mas só foram reunidas num corpo teórico consistente em *A Teoria Geral*, em 1936. O impacto do livro entre intelectuais foi enorme. Apesar de algumas das principais teses já terem sido antecipadas por Gunnar Myrdal e Michal Kalecki, a obra de Keynes oferecia aos economistas soluções concretas para os problemas de conjuntura.

Glossário

Paulo Sandroni

O impacto político também foi grande, mas retardado: apenas no pós-guerra a receita keynesiana foi apreendida e cuidadosamente aplicada pelos países capitalistas.

O pleno emprego tornou-se um objetivo explícito, e os instrumentos de política econômica do Estado foram postos em ação. Em 1944, Keynes representou a Inglaterra na Conferência Monetária de Bretton Woods, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na ocasião, propôs o abandono do padrão-ouro e a estabilização internacional da moeda. Em 1946, Keynes tornou-se presidente do FMI, mas o apego dos Estados Unidos ao padrão-ouro tornou impraticável a aplicação das medidas por ele preconizadas.

Veja também Escola Neoclássica; Keynesianismo; Macroeconomia; Marginalismo.